

Diário do Legislativo de 09/11/2010

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

SUMÁRIO

1 - ORDENS DO DIA

1.1 - Plenário

1.2 - Comissões

2 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Plenário

3 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 82ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 9/11/2010

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.687/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a ceder, a título oneroso, direitos creditórios originários de créditos tributários e não tributários ou integrantes de carteiras de ativos diversos e demais créditos de propriedade do Estado. (Faixa constitucional.) A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira que opina pela rejeição da Emenda nº 2.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.699/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a negociar os direitos e créditos de natureza agrícola securitizados, adquiridos pelo Estado no processo de privatização do Banco do Estado de Minas Gerais S. A. - Bemge - e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S. A. - Credireal -, alongados nos termos da Lei Federal nº 9.138, de 29/11/1995, e da Resolução nº 2.238, de 31/1/1996, do Banco Central do Brasil, regidos pelas normas específicas ditas pelo Conselho Monetário Nacional e dá outras providências (Urgência.). A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira que opina pela aprovação das Emendas nºs 2, 3 e 4.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do Dia da 16ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 9/11/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 6.726/2010, 6.728/2010, 6.677/2010 e 6.678/2010, do Deputado Wander Borges.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 17ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14 horas do dia 9/11/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.884/2010, da Deputada Ana Maria Resende.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 4.312/2010, do Deputado Fábio Avelar, e 4.771/2010, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.931/2009, do Deputado Domingos Sávio; 4.499/2010, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 4.508/2010, do Deputado Ivair Nogueira; 4.900/2010, do Deputado Sargento Rodrigues; 4.905/2010, do Deputado Durval Ângelo; 4.907/2010, do Deputado Antônio Júlio; 4.911/2010, do Deputado Hely Tarquínio; 4.921/2010, do Deputado Inácio Franco; 4.924/2010, do Deputado Fahim Sawan; 4.928/2010, da Deputada Ana Maria Resende; 4.929/2010, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.932/2010, do Deputado Carlos Gomes; e 4.935/2010, do Deputado Arlen Santiago.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 21ª Reunião Ordinária da Comissão de Administração Pública na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 9/11/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 4.462/2010, da Comissão Especial sobre a Arbitragem.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 6.724 e 6.725/2010, do Deputado Duarte Bechir; 6.731/2010, do Deputado Doutor Viana; e 6.732 e 6.734/2010, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 29ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 9/11/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.605/2009, do Deputado Durval Ângelo.

Requerimento nº 6.719/2010, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 13ª Reunião Ordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15h15min do dia 9/11/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Mensagem nº 534/2010, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.774/2009, do Deputado Padre João; 4.610/2010, do Deputado Dinis Pinheiro; 4.724/2010, da Deputada Cecília Ferramenta; e 4.761, 4.765 e 4.768/2010, do Deputado Padre João.

Requerimento nº 6.472/2010, da Comissão de Administração Pública.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 9/11/2010, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Lei nºs 4.687/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a ceder, a título oneroso, direitos creditórios originários de créditos tributários e não tributários ou integrantes de carteiras de ativos diversos e demais créditos de propriedade do Estado; e 4.699/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a negociar os direitos e créditos de natureza agrícola securitizados, adquiridos pelo Estado no processo de privatização do Banco do Estado de Minas Gerais S. A. e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S. A. alongados nos termos da Lei Federal nº 9.138, de 29/11/1995, e da Resolução nº 2.238, de 31/1/1996, do Banco Central do Brasil, regidos pelas normas específicas ditas pelo Conselho Monetário Nacional e dá outras providências; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 8 de novembro de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

80ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 3/11/2010

A Deputada Maria Tereza Lara* - Nossos cumprimentos às Deputadas e aos Deputados desta Casa, ao Deputado José Henrique, que preside esta sessão. Jamais poderia deixar de pronunciar-me nesta Casa, em um momento tão importante. É tempo de celebrar. Podemos ler o Salmo 150: "Louvem a Deus por suas façanhas, louvem a Ele por sua imensa grandeza". Inicialmente, agradeço mais uma vez a minha reeleição com 37.442 votos. Agradeço a Deus, a Betim, onde resido, à Prefeita Maria do Carmo e à sua equipe, a todos os militantes, aos jovens, a todas as pessoas que me apoiaram e votaram em mim. Agradeço ainda ao Sr. Jair Alves de Oliveira, Prefeito de Boa Esperança, às pessoas daquela cidade maravilhosa, à Região Metropolitana de Belo Horizonte, à região Centro-Oeste, a quatro cidades do Sul de Minas e a todas as pessoas de Minas Gerais que me apoiaram. Reassumo o compromisso de apoiar políticas sociais de defesa dos direitos da mulher, de segurança pública e de educação que gera vida. No próximo mandato, acompanharei de perto a questão da saúde pública. Mais que isso, quero louvar a Deus pela eleição da Dilma, primeira mulher Presidente do Brasil, além de parabenizar Betim, onde moro e onde ela obteve 64,92% dos votos válidos, e também a toda Minas Gerais, onde ela foi vitoriosa com 58,45% dos votos válidos.

Dilma Rousseff entrou para a história como a primeira mulher a assumir a Presidência do Brasil, com mais de 55 milhões de votos, somando-se assim à lista de mulheres chefes de Estado e de governo. Sua vitória confirma o bom momento da gestão do Presidente Lula, cujos índices de aprovação são recordes e ultrapassam a marca de 80%, mas também mostram a força e a capacidade da mulher que o ajudou a governar. Além disso, a eleição de Dilma é uma demonstração do avanço democrático do nosso país, um passo importante para que a sociedade brasileira entere de uma vez por todas o preconceito contra a mulher. Dilma será uma das 18 mulheres líderes mundiais da atualidade. Sua presença na Presidência muda toda a simbologia do poder e já é uma experiência vivida em outros países da América Latina. Também temos mulheres governando Estados e, em Minas Gerais, sobretudo ligadas ao PT, Prefeitas de grandes cidades, como Maria do Carmo Lara, em Betim, Marília Campos, em Contagem, Elisa Costa, em Governador Valadares, e Maria José Hauelsen, em Teófilo Ottoni. A mulher construiu um espaço importante na sociedade, no mercado de trabalho, nas artes, na educação e na ciência. Correspondemos a 52% do eleitorado, mas continuamos sub-representadas no poder. Para se ter uma ideia, das 513 cadeiras disponíveis na Câmara dos Deputados, na próxima legislatura, apenas 43 serão ocupadas por mulheres; em 2006, eram 47. Teremos apenas 1 Deputada Federal por Minas, a companheira Jô Moraes, do PCdoB. Já o Senado terá apenas 12 Senadoras, de um total de 81, a partir de 2011. Na Assembleia de Minas, a bancada feminina também foi reduzida de 5 para 4 Deputadas, o que representa 5% do total de 77. Temos um grande desafio na luta pela igualdade de direitos e pela participação feminina na política brasileira. Ainda estamos a léguas do ideal, mas acredito que a presença de Dilma no cargo de maior expressão da Nação funcionará como estímulo para reverter esse quadro. Ela é uma mulher forte, profissional e bem preparada. Ela não é qualquer mulher. Dilma é uma mulher que tem compromisso com o social e com a erradicação da miséria. O governo do Presidente Lula tirou da pobreza cerca de 28 milhões de brasileiros. Mas nas mesmas condições em que estavam esses 28 milhões ainda existem atualmente outros 21 milhões. Tenho certeza de que ela não descansará enquanto houver brasileiros com fome, crianças pobres abandonadas à sua própria sorte, drogas e "cracolândia". Também é compromisso de Dilma ampliar o acesso ao programa Bolsa-Família a todas as famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza, além de estendê-lo também a grupos específicos: indígenas, quilombolas, população de rua, pessoas que saíram da condição de trabalho escravo. Ela tem compromisso com os pobres. Em entrevista recente, sua mãe disse que, aos 15 anos, quando estudava em Belo Horizonte, Dilma perguntou por que outras jovens não tinham o mesmo direito que ela. Portanto, sempre esteve preocupada, desde adolescente, com as questões sociais. Além do combate à pobreza, vai priorizar a educação desde o ensino infantil até a universidade, construirá escolas técnicas federais nas cidades com mais de 50 mil habitantes e fará um governo comprometido com a criação de oportunidades para todos os brasileiros e brasileiras. O processo de transformação social do Brasil, iniciado pelo Presidente Lula e que terá continuidade com Dilma, desencadeou uma das maiores mudanças da trajetória do País. Mostramos que é possível crescer e distribuir renda.

É muito importante disputar o poder e exercê-lo como mulher, com características próprias, sensibilidade, senso de justiça e preocupação ética no trato da coisa pública. A mulher tem características próprias. Na verdade, fazemos a diferença. Aliás, não no intuito de nos considerarmos melhores do que os homens, mas de estarmos lado a lado na construção democrática, com a sensibilidade da mulher. Sabemos que não basta haver uma mulher na Presidência para aumentar o número de mulheres nas posições de poder. No entanto, temos agora mais força para potencializar e criar maiores possibilidades a fim de que os interesses delas sejam representados na esfera pública. Parabeno todas as mulheres que acreditaram no projeto. Peço a Deus que continue abençoando e dando sabedoria à Dilma para que, como Presidente, execute esse projeto de transformação social, que tem sido o seu objetivo e compromisso de vida desde a juventude. Além disso, que ilumine todas as mulheres e os homens de boa vontade que estão no poder e foram eleitos, ou seja, os cidadãos e cidadãs deste nosso Estado e País, para que a nossa sociedade seja mais justa, fraterna e igualitária e que o País continue no rumo certo, sendo respeitado, e que cada vez mais se firme a sua soberania. Então, mais uma vez, meus cumprimentos a todos desta Casa, sobretudo à bancada feminina e, de modo especial, àqueles e àqueles que acreditaram nesse projeto e apoiaram, pela primeira vez, uma mulher na Presidência da República: Dilma Rousseff. Certamente todos e todas nós participaremos desse processo e trabalho do governo do nosso país, especificamente representando Minas Gerais, pois ninguém administra sozinho. Não há salvador ou salvadora da Pátria. É preciso que haja efetivamente participação da sociedade brasileira. Certamente Dilma criará esse espaço participativo, ou seja, essa vontade política de dar condições para a participação da população brasileira, pois é um projeto democrático e popular que possibilitou inúmeras conferências de todos os setores, que ouve a população, o povo organizado, os sindicatos e as associações. Além disso, cria condições para que haja inclusão social e ninguém fique de fora da garantia de todos os direitos fundamentais neste país. Na verdade, o primeiro é o direito à própria vida; depois, à saúde, à educação, à habitação e à segurança de qualidade.

Mais uma vez, trago-lhe o meu abraço. Espero que construamos juntos. Passou agora o tempo da disputa, que é legítimo num período eleitoral, mesmo com alguns exageros. Agora já superamos tudo isso. A população de Minas Gerais e do Brasil já escolheu com responsabilidade e seriedade os seus governantes. A nossa tarefa não terminou e recomeça agora com muito mais força. Temos de efetivamente participar e dar a nossa contribuição, cada um na sua função, porque nosso Brasil e nosso Estado merecem. Realmente todos temos compromisso com a sociedade, para que ela seja mais feliz. Certamente não nos omitiremos; esta Casa, que é referência nacional, que abre as portas para a participação popular e que realmente planeja seus próximos 20 anos, nunca se omitiu e dará sua resposta. Cumprimento o Deputado Alberto Pinto Coelho, nosso Presidente, pela eleição como Vice-Governador deste Estado. Esta Casa também deu sua contribuição. Desejamos que o Deputado realmente faça um profícuo trabalho, porque queremos o melhor para Minas Gerais. E, sobretudo, contribuiremos.

Mais uma vez pedimos a Deus que ilumine a Dilma Rousseff, primeira mulher Presidente, a 36ª Presidente - foram 35 homens até hoje. Ela certamente representará bem toda mulher mineira e brasileira. Estou convencida disso, porque sua trajetória de vida nos garante. Dilma tem compromisso com todos, sobretudo com os mais pobres, com os excluídos. Tenho certeza de que ela terá as bênçãos de Deus para executar seu projeto e para representar bem a mulher no governo de nosso país. Muito obrigada.

* - Sem revisão da oradora.

O Deputado Padre João - Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, nossa saudação. Hoje estamos nesta tribuna pela primeira vez depois do segundo turno externando nossa convicção e nossa esperança de que o preconceito em relação à mulher será vencido aos poucos. A eleição da Dilma tem um simbolismo muito grande. Importantíssima é a questão de gênero. Não tenho dúvida, Deputada Maria Tereza Lara, nossa companheira, de que a Dilma surpreenderá a elite brasileira, elite que usou todas as armas, legítimas e ilegítimas, e muitas injustas, tentando disfarçar o preconceito contra a mulher, explorando a moral, a ética, explorando, de fato, uma riqueza do povo brasileiro, que é a religiosidade, mas uma religiosidade ainda muito popular. Muitas vezes as pessoas não têm como perceber o que está por detrás do jogo, o que está nos bastidores da Rede Globo, da revista "Veja". Nesse aspecto, demos um grande passo, houve um grande avanço. Não tenho dúvida de que a Dilma surpreenderá positivamente a elite brasileira com sua habilidade política, sua competência, seu jogo de cintura, tudo o que tentaram desconstruir. Sempre o contrário do que foi a Dilma desde sua militância estudantil em Belo Horizonte, desde quando estava nos Ministérios das Minas e Energia e da Casa Civil, desde quando era Secretária no Rio Grande do Sul.

Esse é mais um grande marco na história do Brasil, um impulso para avançar nas políticas sociais e macroeconômicas e nas reformas indispensáveis, como a tributária e a política. Nosso modelo de eleição está insuportável; a legislação atual é falha, pois cerca o mosquito e deixa passar o elefante. Temos de fazer uma reforma política que garanta justiça e que permita às lideranças autênticas, que querem trabalhar para a sociedade e ajudar na democracia, chegar ao poder; que não prevaleça a questão econômica.

Saúdo a nossa Presidente eleita, Dilma Rousseff, mineira e belo-horizontina, que honrará Minas Gerais.

É estranho o pronunciamento do Senador eleito Aécio Neves no dia da eleição: "O que é mais importante, o que é essencial, qualquer que seja o próximo Presidente da República, é um Congresso que não se acovarde, que não aceite o papel de submissão em relação ao Executivo. A democracia pressupõe equilíbrio entre os Poderes, e hoje temos um Congresso subjugado, apequenado em razão da força do Executivo, que impõe a sua agenda exclusivamente.". Digo isso ao próprio Aécio, que governou durante cinco anos como se fosse um governo autoritário, defendendo toda agenda política. É muito estranho e incoerente isso sair da boca do ex-Governador Aécio Neves. É uma incoerência gigantesca porque não foi isso o que ele fez com a Assembleia Legislativa e com a imprensa. A relação desse governo com a imprensa é uma coisa absurda, escandalosa, inadmissível. Justamente ele vem dizer que a relação do Congresso com o governo deve ser de plena autonomia, que o

Congresso não deve acovardar-se e não deve ter papel de submissão ao Executivo. Não foi o que ele fez aqui. Ele tinha força de demitir repórteres e jornalistas, um poder que não era apenas sobre a Assembleia, mas sobre a televisão, as rádios e os grandes jornais. Pior do que na época da ditadura. Vivemos um resquício, ou mais do que isso, pois a forma autoritária de quem está no poder relacionar-se com o Legislativo e com a imprensa foi até aperfeiçoada.

Não venha o senhor, agora, tentar dar ordens e determinar como deve ser o Congresso - Câmara e Senado - em relação ao governo ou, muito menos, como deve ser o governo em relação ao Congresso Nacional. O senhor não tem história para dizer isso, nem deu exemplo nesse sentido. Assim, trata-se de um apelo totalmente incoerente e inadmissível; de fato, o senhor não tem razão em dizer isso ou em fazer esse apelo ao Executivo.

Também é importante, nobre companheiro Adelmo, que todos nós - Deputados e lideranças políticas - consigamos fazer uma leitura das eleições e entender de fato o eleitorado ou, no mínimo, procurar compreender o recado que os eleitores nos mandaram por meio das urnas. Precisamos ter humildade e, na minha opinião, como político e liderança política - julgo-me assim, pois fui Presidente do PT em Ouro Branco e Vice-Presidente do Partido no âmbito deste Estado -, o eleitorado quer maior coerência ideológica e programática. Na verdade, a grande imprensa não nos deu oportunidade durante as eleições. Se repararmos, foi fantástico o espaço que foi concedido à Dilma depois das eleições - as entrevistas que concedeu e tudo que lhe foi perguntado -, com o objetivo de possibilitar a ela expressar todo um conteúdo político, o conteúdo de um governo. Mas, de certa forma, esse espaço e essa oportunidade não lhe foram dados ao longo da campanha - nem no primeiro turno, nem no segundo turno -, quando prevaleceu a tática de derrubá-la, na linha de fazer-lhe uma armadilha para que seu adversário crescesse a qualquer custo, explorando algumas mazelas da própria sociedade.

Em relação à coerência, é importante pensar no resultado obtido em Minas Gerais. Precisamos - os Deputados e esta Assembleia Legislativa - começar a destacar a diferença dos projetos, explicando o que é um projeto democrático e popular e o que é um projeto neoliberal. Afinal, são esses os dois projetos que continuam em disputa. Aqui venceu o projeto democrático e popular; ou seja, é desejo do nosso povo aprofundar-se nesse projeto democrático e popular, iniciado em 2003, com o Presidente Lula. Esse é o grande recado. Mas precisamos frisar que nem a grande mídia nem a internet contribuíram o bastante para que nos aprofundássemos nesse debate a respeito dos modelos de projetos. Ficou na periferia a discussão sobre qual é o modelo de Estado em um projeto democrático e popular e qual é o modelo de Estado em um projeto neoliberal. Esse debate não foi feito. Talvez esteja aí a razão de um percentual significativo - em torno de 20% - do eleitorado ainda estar decepcionado com a política. Ora, se nós, como lideranças políticas, não formos capazes de entender esse recado das urnas, onde vamos parar? Podemos chegar a uma abstenção de 25% a 30%.

Assim, nós, os eleitos, temos de honrar os votos, assim como as lideranças que não foram eleitas, mas que certamente estarão fazendo política. Temos de buscar o esclarecimento - outra palavra-chave - para uma consciência cidadã. Esclarecer as coisas e não velá-las. O que é de assustar é que existem lideranças, tanto de um campo quanto do outro, que insistem num projeto híbrido. Achem que é possível fazer uma fusão entre um projeto democrático popular e um projeto neoliberal. Isso é uma aberração. Pelo contrário, em vez de fazer uma fusão, temos de acentuar as diferenças dos projetos e colocá-los à disposição dos brasileiros, dos mineiros, de cada Município, para que, ao votar, o eleitor esteja atento ao currículo do candidato, mas tenha também, com clareza, a bandeira, o modelo, o projeto que o candidato defende e possa avaliar se a sua história é coerente com o que fala e pratica.

Parabenizo todos que venceram. O nosso entendimento é que todos que disputam um cargo são também vitoriosos, independentemente do resultado final das urnas. Muitas vitórias nas urnas não foram éticas, morais e de fato democráticas, porque prevaleceram outros critérios. Sr. Presidente, essa é a nossa consideração.

O Deputado Carlin Moura* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, público presente, telespectadores da TV Assembleia, nesta oportunidade agradeço toda a população de Minas Gerais, os mineiros e as mineiras que concederam expressiva votação à primeira mineira, à primeira belo-horizontina, à primeira mulher a assumir a Presidência da República. A nossa caríssima Dilma Rousseff foi eleita pelo voto direto para ser a primeira Presidenta da República do Brasil. Minas Gerais teve a oportunidade de reconhecer o belíssimo trabalho do Presidente Lula e garantiu quase 58% dos votos à Dilma Rousseff. Agradecemos a todos.

Passado o calor das eleições, temos a convicção de que agora é o momento de a Presidenta descansar das eleições, voltando ao trabalho em janeiro. Minas Gerais tem questões importantes a serem enfrentadas, obras importantes a serem tocadas, por exemplo, a duplicação da BR-381 até Governador Valadares e a obra do Rodoanel. É preciso que os trens de passageiros voltem a circular nessa desperdiçada rede que está aí. Os trilhos cortando o Estado inteiro, e o povo passando apertado para ser transportado. Precisamos resgatar os trilhos da Rede Ferroviária.

Esperamos e temos a convicção de que a nossa Presidenta trabalhará muito na mesma linha do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O nosso muito obrigado pela votação.

Sr. Presidente, quero voltar a um determinado assunto. O Deputado Padre João falou sobre a imprensa livre, que tem o papel de informar, de prestar notícias, que nós respeitamos muito. Está havendo uma grande polêmica, o que é até natural, em relação a projeto de lei protocolado por nós nesta Casa, o qual propõe a criação do Conselho Estadual de Comunicação Social. Esse projeto ainda não foi discutido em sua inteireza. As pessoas ainda não entendem o seu verdadeiro conteúdo. Tenho recebido muitas mensagens pelo Twitter e muitos "e-mails", alguns xingando, outros elogiando. Essa questão tem repercutido na própria mídia, que às vezes fala sem a devida informação, pois não sabe o conteúdo do projeto. É como o velho ditado: não conheço o projeto, mas sou contra. Temos o papel e a obrigação de esclarecer sobre o seu conteúdo e faremos isso quantas vezes forem necessárias. Então, retomarei esse assunto e falarei sobre ele até que a população, todos os mineiros e mineiras entendam o conteúdo do projeto. Gostaria que os Deputados e as Deputadas desta Casa o apreciassem.

Enviei nota a todos os meios de comunicação e gostaria de reproduzi-la com muita calma para que as pessoas compreendam. O Projeto de Lei nº 4.968/2010, de minha autoria, visa exclusivamente regulamentar o art. 230 da Constituição Estadual de 1989, que diz: "Para os efeitos do disposto nesta seção, o Estado instituirá, como órgão auxiliar, o Conselho Estadual de Comunicação Social, composto de representantes da sociedade civil, na forma da lei". Tal artigo da Constituição do Estado reproduz o art. 224 da Constituição Federal de 1988, que também define: "Para os efeitos do disposto neste capítulo, o Congresso Nacional instituirá, como seu órgão auxiliar, o Conselho de Comunicação Social, na forma da lei".

É importante esclarecer que a comunicação social, por opção da Constituinte de 1988 e da Constituinte mineira de 1989, foi incluída na ordem social e não na ordem econômica. Como a cultura, a educação e a assistência social, a comunicação está na ordem social. Vejam que esses são valores fundamentais do princípio federativo, do princípio republicano. A comunicação está no capítulo da ordem social tanto da Constituição do Estado como da Constituição Federal. É importante também lembrar que a Constituinte mineira de 1989, ou seja, o conjunto de Deputados e Deputadas que escreveram a Constituição mineira de 1989 contou com a assessoria jurídica de um dos juristas mais conceituados em nosso Estado e no Brasil, o nosso atual Governador Antonio Anastasia, que, talvez apressado para dar uma resposta à imprensa, foi logo dizendo que é contra, pois é inconstitucional. Mas foi ele quem assessorou a Constituinte. Será que em 1989 essa questão era constitucional e passou a ser hoje inconstitucional? Ou será que o Governador do Estado mudou de opinião? Se ele mudou de opinião, terá que mudar a Constituição do Estado, pois isso está escrito lá. Ou iremos rasgar as Constituições Estadual e Federal? Isso foi escrito pelos constituintes, com a assessoria jurídica e competente do grande jurista Antonio Augusto Anastasia.

Não é a primeira vez que se procura regulamentar o art. 230 da Constituição Estadual. Em 1994, por meio da Lei nº 11.406/94, em seus arts.

65 a 68, o referido Conselho foi criado. Entretanto, na prática não foi instalado. Sua composição está prevista na lei, mas, não sei por que razão, ele ficou apenas no papel.

O projeto reflete também as discussões das Conferências Estadual e Nacional de Comunicação. Como Deputado, fui um dos delegados representantes da Assembleia Legislativa nessas duas conferências. Acompanhei todos os debates e todas as deliberações. A instalação do Conselho é uma das 672 propostas democraticamente aprovadas pelos milhares de delegados e delegadas da sociedade civil empresarial, não empresarial e do poder público participantes da I Conferência Nacional de Comunicação - Confecom. Estava lá. Fui indicado pela Mesa para acompanhar as discussões. Acompanhei os debates. Não estava lá como vaquinha de presépio. Particpei do evento, ouvi, aprendi e estou aqui cumprindo meu papel institucional, parlamentar, de cidadão.

Após a I Confecom, diversas iniciativas foram tomadas pela comissão de representantes que acompanham a implementação das propostas aprovadas. Em junho deste ano, precisamente no dia 16, realizamos uma audiência pública na Comissão de Participação Popular da Assembleia com a presença de diversos representantes da Comissão, entre eles o jornalista Paulo Henrique Amorim, para discutir justamente a implementação das propostas aprovadas na I Confecom, entre elas a necessidade de se instalar o referido Conselho de Comunicação Social.

O Conselho Estadual de Comunicação Social proposto por nós, sempre em sintonia com as Constituições de Minas e do Brasil, tem como finalidade servir de instrumento para garantir a participação popular, o acompanhamento social e a gestão democrática das políticas e dos serviços públicos, envolvendo o planejamento e o acompanhamento da execução dessas políticas e de serviços públicos. Atualmente, existem conselhos municipais, estaduais e nacionais nas mais diversas áreas: educação, saúde, assistência social, entre outras. O Conselho de Comunicação Social é, assim como os demais, um espaço para que a sociedade civil, em conjunto com o poder público e com o setor empresarial, tenha o direito de participar ativamente da formulação de políticas públicas e de repensar os modelos que estão instituídos. Longe de ser uma tentativa de censura ou de cerceamento à liberdade de imprensa, o Conselho é uma reivindicação histórica dos movimentos sociais, das organizações da sociedade civil, de jornalistas brasileiros e de setores progressistas do empresariado que atuam pela democratização da comunicação no Brasil.

Nossa Constituição Republicana é clara ao dizer que liberdade de imprensa e participação popular, entre outros princípios fundamentais, devem andar de mãos dadas. Só queremos que todos respeitem a Constituição. O Conselho, então, está em plena sintonia com a Constituição do Estado. Não consigo entender a situação. Ou há má-fé ou há desinformação. Aqueles que falam que estou querendo cercear a imprensa não leram o projeto nem a Constituição Estadual. Queremos apenas regulamentar um artigo.

O princípio republicano da nossa Constituição trouxe três modalidades básicas de nossa democracia: a representativa, exercida pelos parlamentares democrática e soberanamente eleitos pelo povo; a participativa, representada pelos conselhos de fiscalização e de políticas públicas. O povo se organiza através desses conselhos para ajudar na execução orçamentária e para ajudar a acompanhar as políticas públicas do Estado, com a finalidade até mesmo de evitar a corrupção e o desvio do dinheiro público. A terceira modalidade de democracia também está prevista em nossa Constituição, e é a democracia direta, exercida através dos referendos e plebiscitos. No Brasil essa prática é pouco exercida.

Vi alguns fazendo crítica à democracia dos Estados Unidos da América, dizendo que sua cédula é muito grande etc. Acho que eles estão atrasados, se comparados aos brasileiros, em muitos aspectos. Porém, estão mais avançados no tocante à realização de mais referendos, mais plebiscitos e mais consultas populares. Temos de avançar nessa democracia para fortalecer mais os conselhos de fiscalização e os populares, entre estes especialmente o de comunicação social. Quem quiser saber mais sobre o tema, em meu "site", carlinmoura.com.br, há um brilhante artigo de um professor aposentado da UnB, Venício Lima, professor de Ciências Políticas e de Comunicação, que diz que o Conselho não é uma mera criação da conferência de comunicação ou mera criação do movimento popular organizado, inaugurado pelos constituintes de 1988. Há 24 anos existe esse debate, e apenas a comunicação fica travada. Parece que eles querem ficar acima da Constituição. Escolheremos outro regime, se não quisermos o regime da concessão e do controle público. Passaremos para um regime de mercado aberto, em que qualquer um monta sua rádio, sua televisão. Se é assim, topamos, e para a hipocrisia de se falar sobre as rádios piratas. Ou temos um regime livre e todos montam sua rádio, sua televisão, seu jornal onde quiserem, na hora em que quiserem, na esquina onde quiserem, ou teremos um regime de concessão transparente, democrático, com princípios, com mais controle social e com mais participação popular. É apenas isso que proponho. Nada mais do que o exercício da soberania popular e o cumprimento das Constituições Federal e Estadual.

É muito interessante ler o artigo do nosso caríssimo Venício Lima, que traz todo o histórico de como surgiu a ideia dos conselhos de comunicação, e o artigo do jornalista espanhol Romanée, que recebeu um prêmio pelo trabalho feito na edição espanhola do jornal francês "Le Monde". Romanée faz um importante trabalho ao dizer que a liberdade de imprensa se constrói a cada dia, especialmente fortalecendo a participação popular.

Eis os nossos esclarecimentos, e tantas vezes quantas forem necessárias estarei aqui para esclarecer a população de Minas Gerais a fim de que ela não seja induzida a erros, principalmente por aqueles que não querem ler ou agem de má-fé.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Guedes* - Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, Sras. e Srs. Deputados, público presente nas galerias, uma saudação especial a todos os mineiros e mineiras que nos acompanham pela TV Assembleia.

Venho a esta tribuna para agradecer a toda a população de Minas Gerais, especialmente a do Norte de Minas Gerais, pela belíssima votação e pelo resultado que obtivemos no domingo, dia 31. Elegemos a primeira Presidenta do Brasil. Tenho certeza de que, com essa eleição, nosso país terá um avanço extraordinário em todos os setores. Esse passo representou grande contribuição para a democracia e para a valorização das minorias. A eleição de uma mulher para Presidente da República é, sem dúvida, um avanço para o Brasil. Certamente a Dilma fará um grande governo, até porque já possui experiência. Nos últimos oito anos, ela foi o braço direito do nosso Presidente Lula. Além do mais, trabalhará com um País que segue em frente, organizado, que cresce a cada dia. Tenho certeza de que nossa futura Presidenta, que é centrada em tudo o que faz, realizará um governo extraordinário para deixar o Brasil cada vez mais forte. Seu governo seguirá na mesma linha do governo do Presidente Lula, ou seja, um governo que administra para todos, especialmente para os mais pobres. Por isso agradeço à minha região, que votou fechada com Dilma Rousseff, que obteve 72,87% dos votos do Norte de Minas, sendo essa a sua melhor performance em Minas Gerais. Somente Estados do Nordeste atingiram esse percentual. Especialmente em várias cidades onde sou votado, obtivemos performance que ultrapassou a casa dos 80%. Dilma obteve, em São João das Missões, 83% dos votos; em Manga, em Itacarambi, em Janaúria e em Porteirinha, 81%; em Mato Verde, 80%. Em Bonito de Minas, Coração de Jesus e Varzelândia, a votação também foi expressiva. Em Brasília de Minas e em São Francisco, foram 82%. Agradeço a todas as cidades do Norte de Minas, especialmente àquelas em que a votação de Dilma aumentou em relação ao primeiro turno. Em Montes Claros, no primeiro turno, Dilma obteve 96 mil votos. No segundo, esse número subiu para 120.444 votos. Em Janaúba, no primeiro turno, foram 23 mil votos; no segundo, 24.700. Parabênize seu Prefeito, José Benedito, que lutou muito, bem como nosso grupo da Oposição, que mais uma vez fez bonito em Janaúria, onde Dilma obteve quase 25 mil votos. Foi muito bonita a vitória da Dilma em São Francisco, com 18.675 votos, ou seja, com um percentual de mais de 80%. Em Porteirinha, Dilma também obteve votação extraordinária: 16 mil votos contra 4 mil de Serra. Em Brasília de Minas, foram 13.550 contra 3 mil; em Salinas, 13 mil contra 7 mil; em Jaíba, 11.721 contra 3.500; em Coração de Jesus, 11.470 contra 2 mil; em São João da Ponte, 10.628 contra 2.400. O mesmo ocorreu em Espinosa e em Rio Pardo de Minas. Foi assim em Monte Azul; em Minas Nova; em Manga, onde foi muito bonito: Dilma teve 7.600 votos no primeiro turno e 8.096 no segundo, contra apenas 1.900 para o Serra. Então, quero agradecer as cidades de Manga, Caraiá, São João do Paraíso, Itacarambi, Varzelândia, Mirabela, Arinos, Capitão Enéas, Mato Verde, Montalvânia, São João das Missões, Pedras de Maria da Cruz, Japonvar, Riacho dos Machados, Eugenópolis, Icaraiá de Minas, Lontra, Ibiracatu, Claro dos Poções, Bonito de Minas, Chapada Gaúcha,

São Romão, Ibiaí, Rubelita, Ninheira, Luislândia - onde também foi muito bonito, foram 2.975 votos contra 436 -, Matias Cardoso, Pintópolis, Fruta-de-Leite, Botumirim, Formoso, Padre Carvalho, Montezuma, Catuti, Juvenília, São João da Lagoa, Novorizonte, Serranópolis, Miravânia e Taiobeiras.

Quero, mais uma vez, agradecer toda a população do Norte de Minas e dizer que estamos muito confiantes no governo da mineira, nossa companheira Dilma, que certamente fará um governo olhando para as regiões mais carentes. O Norte de Minas está muito otimista com o futuro governo da Dilma, a quem pretendemos levar várias reivindicações, como a faculdade federal para o Norte de Minas. Representamos, Deputado André Quintão, a única região do Estado que não tem uma universidade federal. Trata-se de uma região com quase 2 milhões de habitantes, com 1.200.000 eleitores, que deu um número expressivo de votação para a Dilma. Então, a questão agora é reivindicar a Universidade Federal do Vale do São Francisco. Vamos levar esse pleito, reivindicar, liderar esse movimento da nossa faculdade, que será a primeira Universidade Federal do Norte do Estado. Em Minas hoje há várias faculdades, mas não na nossa região. Portanto, trata-se de uma reivindicação que levaremos a nossa próxima Presidente Dilma Rousseff. Reivindicaremos também obras de infraestrutura na área de abastecimento de água na nossa região; assim como tirar do papel as Barragens do Calindó, em Manga; a de Congonhas, que garantirá abastecimento de água para Montes Claros nos próximos 100 anos; a de Berizal, um sonho de Alto do Rio Pardo, que se encontra paralisada. Tenho certeza de que, com a Dilma na presidência, retomaremos essas obras, assim como a da Barragem de Vacaria, em Fruta-de-Leite; de Guarda-Mor, em Januária; de Sítio Novo, em Porteirinha. Essas são obras importantes para a região, bem como a de outras barragens que precisam ser construídas e recuperadas, como a de Monte Azul, na Serra Geral, que está seca e necessita de revitalização. Então estaremos encampando essas obras importantes, como também os projetos de revitalização do Rio São Francisco, as redes de esgoto e estação de tratamento em todas as cidades da calha do rio. Há muitas obras ainda a serem licitadas, e pediremos à Presidente para apressar tal licitação, para assim cumprir a meta assumida de revitalização, de investimentos de R\$1.000.000.000,00 em Minas Gerais. Reivindicaremos também a conclusão de obras importantes como o asfaltamento da BR-135, que ainda deve ser iniciado, de Manga a Montalvânia e de Montalvânia à Bahia. Cobraremos também da Presidente a imediata licitação do trecho de Manga-Itacarambi, ligando nossa região a São Luiz do Maranhão, ao Rio de Janeiro, fazendo da BR-135 um grande corredor de escoamento, o que permitirá desafogar o trânsito da Rio-Bahia e de outras rodovias. Então, são obras de fundamental importância. A BR-135 já está sendo recuperada de Montes Claros a Curvelo. Com a conclusão do trecho que falta - de Itacarambi-Manga, Manga-Montalvânia, Montalvânia-Bahia -, estaremos ligando todo o Brasil, cortando-o ao meio. Essa rodovia pronta certamente impulsionará o desenvolvimento do Norte de Minas, de Januária, de Manga, Itacarambi, Montalvânia, São João das Missões, Juvenília, Miravânia, Matias Cardoso. Trata-se de um elo importante para escoamento dos produtos do Projeto Jaíba.

Também reivindicaremos da Presidente um projeto para construção da ponte sobre o Rio São Francisco na cidade de Manga, com o intuito de melhorar as condições de escoamento dos produtos do Projeto Jaíba. Enfim, são reivindicações importantes que vamos pautar no governo da Presidente Dilma. Temos a certeza de que, com a sua sensibilidade e força de vontade, tudo será possível. Ela é uma pessoa, que gosta de fazer obras. Dirigiu, com propriedade, as obras do PAC e liderou o governo. Hoje essas obras, que geram emprego, são uma realidade no Brasil, que cresce, que chegará ao final do governo do Lula com 15 milhões de empregos com carteira assinada. Estamos muito otimistas com o Brasil, com o que acontecerá daqui para a frente. Por isso quero parabenizar a nossa Presidente eleita. Temos certeza de que Minas Gerais colherá os frutos dessa votação específica que demos à Ministra, que será agora a nossa Presidente. Minas deu uma resposta com uma votação grande para Dilma Rousseff, especialmente o Norte de Minas Gerais, onde ela teve 73% dos votos.

Então, mais uma vez, agradecemos toda a população do Norte de Minas, e não só pela eleição da Dilma, mas também por me reconduzir a esta Casa por mais quatro anos. O Norte de Minas dobrou a minha votação. Tive 46 mil votos na eleição passada. Estou voltando agora com 92.710 votos, fruto de um trabalho de independência, de firmeza nesta Casa, de atendimento às nossas comunidades, de presença na base. Continuaremos exercendo o nosso mandato sempre presente nas bases, ouvindo as reivindicações da população, sendo a voz do Norte de Minas, dos Vales do Jequitinhonha, do Mucuri, do Noroeste mineiro, enfim, de todo o Estado aqui, nesta Assembleia Legislativa, para trazer as reivindicações dessas regiões. Que possamos discutir, na próxima legislatura, projetos importantes, como a redistribuição do ICMS em Minas Gerais, a fim de que seja distribuído de forma correta, tendo por base o número de habitantes, o tamanho dos Municípios, e não apenas pelo volume de arrecadação, para que os impostos não sejam apenas para as cidades produtoras, mas também sejam repassados para o destino. Que o recurso que sai do Norte de Minas, quando se compra um carro, volte também em forma de imposto e não fique somente em Betim. Como o dinheiro saiu do Norte de Minas, é justo que ele retorne. Essa é uma discussão que abriremos nesta Casa. Tenho certeza de que, também no Congresso Nacional, estará sendo discutida a reforma tributária. A partir do momento em que se começar a discuti-la, vamos fazer o debate da reforma em Minas Gerais para que possamos ter uma redistribuição do ICMS mais justa, contemplando todas as regiões, privilegiando as mais carentes, que precisam de investimento, de apoio do governo. Essa ideia de centralizar tudo nunca funcionou, incha as cidades, traz bolsões de pobreza para as periferias, redundando nessas enormes favelas nos grandes centros. Isso é fruto da centralização dos recursos em apenas meia dúzia de cidades em Minas Gerais e no Brasil. Por isso temos de fazer a discussão da redistribuição do ICMS. Acho um tema de fundamental importância para que o Parlamento abra 2011 com essa discussão, a fim de que possamos fazer justiça e dar prioridade a todos os mineiros na redistribuição dos recursos do Estado, bem como na sua aplicação e destinação. É preciso mudar urgentemente a fórmula de distribuição do ICMS, a fim de se fazer justiça a toda a população de Minas Gerais. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores que acompanham a nossa TV Assembleia, é com muita alegria que estamos aqui para, em primeiro lugar, agradecer aos mineiros, às mineiras, extensivamente a toda a população brasileira, a todos que elegeram, pela primeira vez na história deste país, uma mulher como Presidente da República, uma mulher que encarna e representa o êxito de um projeto político em curso desde 2003, tendo o primeiro operário Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Mais do que uma eleição presidencial, esse pleito revelou a maturidade do povo brasileiro, que chancelou políticas públicas de inclusão social, a retomada do crescimento econômico em nosso país e uma política externa que recolocou o Brasil no diálogo internacional. Isso não aconteceu de maneira subalterna, mas soberana e altiva, resgatando a nossa autoestima, porque hoje cada brasileiro e cada brasileira sabe que o nosso país é verdadeiramente respeitado em todo o mundo.

Essa eleição foi dura e, muitas vezes, resvalou para o terreno das denúncias infundadas, das inverdades, das calúnias e da utilização de argumentos falaciosos. No entanto, felizmente chegou ao seu final como uma eleição incontestada. O veredito final foi a aprovação de um governo democrático, popular, socialista, como é o governo do Presidente Lula. E hoje, com a nossa querida Presidente eleita, Dilma Rousseff, além dessa aprovação de natureza político-ideológica, temos esse fator que orgulha o povo brasileiro; afinal, não é pouca coisa eleger uma mulher Presidente da República. Tenho certeza de que a eleição da Dilma, além da repercussão própria que tem na condução dos destinos do País no caminho do crescimento com inclusão social, significará também uma mudança de postura, de comportamento, trazendo maior respeito às mulheres brasileiras seja no lar, seja no ambiente de trabalho, seja no ambiente de estudo, seja no convívio social. A partir dessa eleição, as mulheres brasileiras terão um exemplo vivo de como a mulher pode tão bem liderar a vida do povo brasileiro.

Por isso, ficamos felizes com o resultado, principalmente em Minas Gerais, apesar de o partido adversário, do candidato Serra, ter usado todos os seus esforços neste Estado, anunciando aos quatro cantos que em Minas Gerais iria ocorrer a virada, o que ficou muito longe de acontecer. Foram 58,5% contra 41,5%. Os mineiros foram decisivos e firmes ao garantir, mais uma vez, a vitória de uma candidatura do PT em Minas Gerais. E não adianta agora o PSDB nacional querer transferir a culpa para o ex-Governador Aécio Neves. Não entrarei na discussão interna do PSDB porque esse não é o meu papel e até mesmo por uma questão de elegância. Porém, se houve um Estado onde o governo federal esteve presente, esse Estado foi Minas Gerais, por meio, por exemplo, dos Ifets, das universidades federais e dos programas sociais. Por exemplo, só o programa Bolsa-Família atende mais de 1.048.000 famílias em nosso Estado, um programa liderado por um mineiro e ex-Ministro, Patrus Ananias.

Se averiguarmos o nível de investimento na agricultura familiar em Minas Gerais, veremos que ele é insuperável e incomparável a qualquer outro período da história deste país. Minas Gerais se transformou, em função do respeito que o Presidente Lula tem pelo Estado e pelo caráter

republicano das políticas públicas em curso no País, num verdadeiro desaguadouro de boas iniciativas.

Deputado Carlin Moura, o momento eleitoral acabou por obscurecer uma grande obra inaugurada aqui, o Viaduto das Almas. Depois de 50 anos, foi necessário o governo Lula para construir uma alternativa para aquele espaço de morte. Essa vitória também cria e gera novas responsabilidades do governo federal para com o Estado de Minas. Passadas as eleições, não vamos ficar simplesmente prestando contas ou jogando flores naquilo que foi realizado. Queremos mais. Queremos a duplicação da BR-381 até Governador Valadares, por ser uma rodovia geradora de muitas mortes cruéis, todos os meses. Queremos mais mobilidade na Região Metropolitana de Belo Horizonte, e, para isso, os investimentos no metrô são muito necessários.

Além disso, ainda existe espaço para ampliar as unidades federais de ensino superior. Espalhamos institutos tecnológicos - Ifets - e universidades federais pelo Estado, mas ainda existem cidades-polo que podem receber unidades descentralizadas dessas universidades e institutos tecnológicos. O que queremos é que, das 6 mil creches prometidas pela hoje Presidente eleita Dilma, centenas delas ou quem sabe milhares sejam construídas no Estado de Minas Gerais. Queremos ampliar o programa de aquisição da agricultura para o Estado de Minas Gerais; queremos que a expansão dos Samus e das policlínicas também chegue com muito vigor; queremos universalizar os Centros de Referência Especializados de Assistência Social - Creas - em Minas. Os Centros de Referência de Assistência Social - Cras - praticamente já estão presentes em todos os Municípios de Minas, com um volumoso aporte de recursos federais.

A melhor forma de hoje agradecermos ao povo mineiro pela consciência é justamente usando esta tribuna. O nosso povo não se acovardou nem deixou ser enganado pelas inverdades e calúnias e votou na Dilma. E, como disse o Presidente Lula, um pouquinho no Lula também. Temos de agradecer, porém nos comprometendo, de maneira suprapartidária e com o apoio de todos os partidos desta Casa, a trazer esses avanços para Minas, numa próxima etapa. Que essa forma republicana de tratar todos os Estados, estabelecida pelo Presidente Lula, seja assumida em Minas Gerais, para que os Municípios tenham acesso aos recursos, independentemente de terem o Deputado "a" ou "b" como majoritário ou do fato de o Prefeito ser do PT ou de fazer parte de uma coligação envolvendo o Partido. Queremos essa reciprocidade no tratamento político. Vamos buscar o melhor e o maior investimento possível para Minas Gerais. Queremos ainda que as nossas emendas e demandas e que os nossos Prefeitos, de partidos da coligação, sejam também atendidos de maneira republicana, isto é, sem privilégios ou acordos. Aliás, esperamos que os acordos priorizem a necessidade e não a conveniência político-eleitoral e partidária. É assim que se constrói política pública com "p" maiúsculo.

Sr. Presidente, concludo esta intervenção dizendo que tenho orgulho e honra de ser do PT, que teve esse projeto político referendado nas urnas, junto a partidos aliados históricos, como o próprio PCdoB, o PSB, o PDT, o PMDB, o PR e o PRB, do nosso querido Vice-Presidente José Alencar, e tantos outros partidos.

É muito importante agora superarmos o momento eleitoral e construirmos as condições políticas necessárias para que o governo Dilma seja ainda melhor que o governo Lula, que tantas conquistas sociais e democráticas trouxe para o nosso país. Muito obrigado, Minas Gerais, pelo banho de votos da candidata Dilma Rousseff.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlin Moura* - Sr. Presidente, retorno à tribuna para retomar o tema que diz respeito à eleição da primeira mulher para o cargo de Presidente da República do Brasil. Faço isso, citando um grande exemplo, que considero fundamental: o trabalho firme executado pela cidade de Contagem desde o primeiro turno. Os contagenses concederam à Presidenta Dilma Rousseff uma expressiva votação: 64% dos votos válidos no segundo turno. De forma muito especial, credito esse bom êxito da campanha de Dilma em Contagem à liderança significativa de outra governante mulher: a Prefeita Marília Campos, do PT. Esta, com sua garra, competência e capacidade, liderou, pedindo apoio ao povo de Contagem, que a atendeu com expressiva votação.

Na semana passada, ela anunciou o pagamento antecipado do 13º salário de todos os servidores públicos de Contagem. Estes o receberam com a antecedência de dois meses. O pagamento foi feito em parcela única, depositado no dia 28 de outubro, Dia de São Judas Tadeu e Dia do Servidor Público. Essa novidade indica a boa saúde financeira do Município de Contagem, fruto de um trabalho muito sério que vem sendo desenvolvido pela Prefeita para colocar as finanças de Contagem em dia. Em tempos recentes, o pagamento do 13º salário dependia de negociações com credores para garantir os recursos necessários. A política de ajustes adotada pela administração Marília Campos mudou essa situação, vitória a ser comemorada por todos nós, contagenses e mineiros, que acreditamos na força de uma administração coerente, transparente e justa.

A antecipação do 13º salário garante aos servidores municipais maior tranquilidade para cumprir seus compromissos e fazer compras de final de ano. Significa também uma injeção de aproximadamente R\$20.000.000,00 na economia da cidade, aquecendo o mercado local antes mesmo do mês natalino.

Nos últimos seis anos, as ações da Prefeitura, sob o forte comando da Prefeita Marília Campos, possibilitaram melhoria real das contas municipais. Os números indicam crescimento de 104% da chamada receita corrente líquida entre dezembro de 2004 a setembro deste ano. Por outro lado, em 2004 a dívida do Município de Contagem representava 125% da arrecadação, ou seja, tudo o que a Prefeitura arrecadava não era suficiente para pagar os credores. Hoje essa dívida ainda é alta, mas caiu para apenas 56%. A Prefeita Marília assumiu em 2004, herdando uma dívida de 125% da arrecadação. Portanto hoje, com um trabalho sério, essa dívida, que ainda é alta sem dúvida alguma, corresponde apenas a 56%. Isso é fruto de uma administração séria, que zela pelo dinheiro público. Além disso, houve investimentos na modernização administrativa, negociação de dívidas e não contração de dívidas novas, cobrança a devedores e, principalmente, criação de condições para que mais empresas se instalem na cidade, o que melhora a arrecadação, especialmente as receitas próprias, aquelas que não são vinculadas a repasses federais ou estaduais.

É importante divulgarmos esses números para mostrar a justeza do projeto em curso na cidade de Contagem e a justeza dessa mulher administradora. Diria até, Sr. Presidente, que a Prefeita Marília Campos saiu dessa eleição presidencial muito maior do que entrou. Considero-a hoje uma das lideranças de maior ascensão no PT, seu partido, e um dos grandes nomes para exercer qualquer cargo público, mostrando a força e a competência da mulher no poder. Ela é um exemplo concreto. Não temos expectativa quanto ao governo de uma mulher, porque estamos colhendo frutos do governo de uma mulher competente, capacitada, politizada e presente na vida do povo.

É interessante observarmos, Sr. Presidente, que tínhamos em 2004 uma receita própria, aquilo que o Município arrecada por força própria, de R\$75.000.000,00. Em 2010, essa receita passou para R\$178.000.000,00, um crescimento de 137%. A Prefeita tem um objetivo muito claro: reduzir a dependência do Município em relação às transferências do Estado e da União. Não queremos continuar vivendo de pires na mão, dependendo do Estado e da União. Somos um Município grande, pujante, com capacidade econômica, capital instalado, empresários competentes e trabalhadores mais competentes ainda. Para alcançar esse objetivo e aumentar cada vez mais a arrecadação própria, a Prefeita está implantando um plano de metas e ações que visam ao recadastramento dos imóveis não residenciais, à atualização da pauta de valores dos terrenos e edificações para cálculo do IPTU, com redução da alíquota conforme padrões da região metropolitana.

Em Contagem, o IPTU não residencial tem alíquota ainda superior à média da região metropolitana. Pretendemos fazer uma equiparação maior e aproximar as alíquotas para que mais e mais empresas venham para o nosso Município; implantação da Declaração Eletrônica da

Movimentação Econômica dos Prestadores de Serviços para acompanhamento da apuração do ISSQN, que é um importante tributo municipal; disponibilização de guias de recolhimento dos tributos pela internet; emissão de certidões pela internet; criação de nova estrutura para a Secretaria de Fazenda com o objetivo de torná-la mais eficiente; e implantação da Procuradoria da Fazenda para tornar mais efetiva a cobrança da dívida ativa. São mecanismos e ações que o governo da Prefeita Marília Campos está tomando no intuito de aumentar cada dia mais a arrecadação própria do Município. Aliás, quando há uma arrecadação própria forte, tem-se uma saúde financeira de melhor qualidade.

Queremos também promover uma evolução das transferências constitucionais do Estado, que são as decorrentes do ICMS e IPVA, e da União, que são decorrentes do Fundo de Participação do Município - FPM. Em 2004, essas transferências constitucionais correspondiam a R\$171.000.000,00. Para 2010, já chegaram a R\$314.000.000,00 -, um crescimento de 84%. Isso reflete o bom momento da economia brasileira e a justiça da política macroeconômica adotada pelo Presidente Lula e que certamente terá continuação com a Presidenta Dilma Rousseff. A Prefeita quer melhorar ainda mais esses indicadores de transferências constitucionais por meio de ações de controle sobre as declarações do Valor Adicionado Fiscal - VAF - das empresas sediadas no Município para que esse indicador seja cada dia mais crescente.

Em 2004, esse indicador do VAF, ou seja, o índice do VAF era de 4,86. Em 2010, já chegamos ao indicador de 5,46. Queremos crescer mais. Há algumas distorções do VAF que a Prefeita Marília Campos já trouxe à Presidência, à Mesa e a Comissão de Fiscalização Financeira da Assembleia Legislativa. Há uma distorção, uma interpretação equivocada da fórmula de cálculo do VAF, que tem prejudicado alguns Municípios, especialmente Contagem. Precisamos revê-la para que o Estado não fique entregando com uma mão e tirando com a outra; verificar melhor essa questão do VAF que foi levantada pela Prefeita Marília Campos.

Houve uma evolução da Receita Corrente Líquida - RCL. Em 2004, havia R\$393.000.000,00 de RCL; e, em 2010, passamos para R\$800.000.000,00 -, um crescimento de 104%.

Agora o mais importante: a capacidade e competência maior da Prefeita é a diminuição da relação entre dívida do Município e RCL. Em 2004, quando a Prefeita Marília Campos assumiu a Prefeitura de Contagem, a dívida do Município era de R\$493.000.000,00, enquanto a nossa RCL era de apenas R\$393.000.000,00. Portanto, Contagem devia mais do que arrecadava no ano inteiro. Isso correspondia ao seguinte: para cada R\$100,00 de receita que arrecadávamos, devíamos R\$125,00.

Olhem o escândalo, olhem a herança maldita que a Prefeita herdou em 2004, fruto dos governos sem compromisso, sem responsabilidade fiscal, que estão pagando hoje nas urnas pelos erros do passado. Em 2010, a dívida diminuiu - era de 493 milhões e caiu para 440 milhões. Comparando-se com a receita corrente líquida, que é de 800 milhões, hoje a situação está um pouco melhor, porque, a cada R\$100,00 que arrecadamos em Contagem, devemos R\$56,00. Não estou aqui dizendo que está bom - é preciso melhorar -; estou apenas mostrando como evoluiu. Hoje arrecada-se mais do que se gasta; houve uma redução de mais de 50% na relação dívida-receita anual.

A Prefeita também tem tomado atitudes firmes para renegociar a dívida do INSS e do Banco do Brasil. São medidas que a Prefeita Marília Campos tem adotado. Isso é importante para que as pessoas tenham a possibilidade de comparar a situação da gestão do modelo. O tempo não me permitirá, mas da página 40 em diante do caderno do Sindifisco, que está disponível na página do sindicato - sindifiscomg.com.br - ou no meu "site" - carlinmoura.com.br -, há toda a relação da dívida do Estado, mostrando como ela vem crescendo a cada dia, ao contrário do que ocorre em Contagem.

Uso esse exemplo para mostrar que as mulheres são competentes, são capazes; para mostrar a competência da nossa Prefeita Marília Campos, o brilhante governo que vem fazendo, um exemplo de gestão pública, de administradora pública para o Estado. Fiquem de olho, acompanhem o bellissimo trabalho dessa mulher guerreira chamada Marília Campos. Muito obrigado e parabéns, Marília, pelo brilhante trabalho que vem desenvolvendo no nosso querido Município de Contagem.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 88/2010

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 87/2010

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 081/2010

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 22/11/2010, às 10 horas, pregão eletrônico, através da internet, do tipo menor preço global, tendo por finalidade a aquisição de licenciamento do "software" de antivírus Symantec Protection Suite.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Apoio ao Processo Licitatório - GAPL - da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 8 de novembro de 2010.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

Termo de Aditamento

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Artebrilho Multiserviços Ltda. Objeto: prestação de serviço de condução de veículos automotores. Objeto do aditamento: revisão do preço contratual em razão do aumento salarial da categoria de motorista em 7,00%, e do valor do vale-refeição para R\$6,25 conforme Convenção Coletiva do Trabalho 2010/2011. Vigência: a partir da data da assinatura, considerando-se os efeitos da Convenção Coletiva de Trabalho aplicável. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.